

Luziânia-Niquelândia Transmissora S.A.

Relatório da Administração 2015. A Luziânia-Niquelândia Transmissora S/A, S/A de capital fechado, foi constituída em 29/12/11 após seus acionistas terem arrematado o Lote H no Leilão 06/11 da ANEEL, ocorrido em 16/12/11. O ano de 2011 foi o de constituição e 2012 o de estruturação. A partir de 2013 foi realizada a implantação do projeto, concluída em 2015. Em 2013 a ANEEL autorizou um reforço (ReA 4289/13) para um novo banco de transformadores para a SE Luziânia, projeto também concluído em 2015. As obras da SE Luziânia entraram em operação comercial em 09/06/14 (Leilão 06/11) e em 09/11/15 (ReA 4289/13). A obra na SE Niquelândia entrou em operação comercial em 12/08/15. O Licenciamento Ambiental foi concluído, para a SE Luziânia, junto ao IBAMA, através da Licença de Operação nº 1248.2014 - 2ª Retificação, de 11/01/2016, com validade de 10 anos. Para a SE Niquelândia foi obtida, junto à SEMARH-GO, a Licença Ambiental Simplificada 301/15 de 26/02/15, também com validade de 10 anos. Em 2015 foi viabilizado um financiamento de curto prazo junto ao Bank of China Brasil S/A, no valor de R\$ 15 milhões, com o objetivo de concluir as obras. Os estudos para a definição da fonte de recursos para a liquidação desse financiamento, ainda se encontram em andamento. A sociedade entra em 2016 totalmente operacional, Rio de Janeiro.

Balanços Patrimoniais em 31/12/15 e 2014 (Em MRS\$)

	31/12/15	31/12/14
ATIVO	Reap. Nota 2.1	
Circulante	93.181	61.448
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	10.229	7.008
Contas a receber (Nota 4)	8.727	6.129
Impostos a (Nota 5)	1.163	676
Adiantamentos	327	163
Não Circulante	12	40
Ativo Financeiro Indenizável (Nota 6)	82.952	54.440
Imobilizado líquido	82.932	54.416
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	93.181	61.448
Circulante	20.474	3.205
Fornecedores	1.720	358
Retenção Contratual	804	530
Empréstimos (Nota 7)	17.239	1.793
Salários e encargos	148	45
Impostos e contribuições sociais	379	291
Encargos setoriais	184	-
Outros passivos circulantes	-	188
Não Circulante	32.777	29.532
Empréstimos (Nota 7)	32.140	29.157
IR e contribuição social diferidos (Nota 8)	637	375
Patrimônio Líquido (Nota 9)	39.930	28.711
Capital social	25.305	23.590
Reserva Legal	731	256
Reserva de retenção de lucros	4.865	4.865
Reserva de lucros a realizar	9.029	-

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (Em MRS\$)

	Res. de lucros				
Ca- pital social	Lu- cros Legal	Lu- cros retidos	Lu- cros a realizar	Lu- cros acum.	Total
Saldos em 31/12/13	11.769	-	(379)	11.390	
Integralização de capital com emissão de 783.000 ações em 29/04/14	783	-	-	783	
Integralização de capital com emissão de 5.519.000 ações em 29/04/14	5.519	-	-	-	5.519
Integralização de capital com emissão de 5.519.000 ações em 29/04/14	5.519	-	-	-	5.519
Lucro do exercício	-	-	-	5.500	5.500
Constituição da reserva legal	-	256	-	(256)	-
Lucros retidos	-	4.865	-	(4.865)	-
Saldosem 31/12/14-Reapres.	23.590	256	4.865	-	-28.711
Integralização de capital com emissão de 1.715.000 ações em 05/01/2015	1.715	-	-	-	1.715
Lucro do exercício	-	-	-	9.504	9.504
Constituição da reserva legal	-	475	-	(475)	-
Constituição da reserva de lucros a realizar	-	-	-	9.029	(9.029)
Saldos em 31/12/2015	25.305	731	4.865	9.029	-39.930

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31/12/15 e 2014 (Em MRS\$).

1. Contexto operacional. A Luziânia-Niquelândia Transmissora S/A, (Cia), sociedade privada, de capital fechado, foi constituída em 29/09/11 e está estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - 11º andar - Sala 1101 Parte, Centro, na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro. A Cia. é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE e tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

1.1. Da concessão. A Cia. foi constituída a partir do Consórcio Luziânia-Niquelândia que foi o vencedor do Lote H do Leilão de Transmissão nº 06/11, realizado pela ANEEL em 16/12/11. Lote H está composto pelas seguintes instalações no Estado de Goiás: a) - SE 230/69 KV Niquelândia, (3+1) x 10 Mva; e b) - SE 500/138 KV Luziânia, (3+1) x 75 Mva. INSTALAÇÕES DE TRANSMISSÃO compostas pela Subestação Niquelândia, com transformação 230/69 KV - (3+1) x 10 Mva, e pela Subestação Luziânia, com transformação 500/138 KV - (3+1) x 75 Mva, respectivas conexões de unidades transformadoras, entrada de linha, interligação de barras, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias as funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. A Cia. foi autorizada a iniciar a operação da SE Luziânia em 09/06/14, tendo os equipamentos sido, efetivamente, energizados em 19/07/14, após o fim do período restritivo estabelecido pelo ONS, em função da Copa do Mundo de Futebol. Já a SE Niquelândia, teve sua entrada em operação no dia 12/08/15. Através da Res. Autoritativa nº 4.289, em vigor a partir de 28.08.2013, a concessão foi acrescida das seguintes instalações no Estado de Goiás: Instalações de transmissão, na subestação Luziânia, compostas de: uma segunda transformação 500/138 KV - 3 x 75 Mva, respectivas conexões de unidades transformadoras, entrada de linha, interligação de barras, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias as funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. A instalação adicional teve sua entrada em operação no dia 09/11/15.

1.2. Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI juntamente às Autoridades Governamentais competentes. A Cia., por ter projetos aprovados de construção de infraestrutura no setor de energia, obteve a habilitação para operar no Regime de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI (instituído pela Lei 11.488/07) junto as Autoridades Governamentais competentes, que concede o benefício fiscal da suspensão da Contribuição para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público PIS/PASEP e COFINS (mercado interno e importação) na aquisição de bens ou materiais de construção de obras de infraestrutura que serão convertidas ao ativo imobilizado, a alíquota zero, conforme publicações no Diário Oficial em 9/07/13 e 30/07/14.

2. Resumo das principais práticas contábeis. As demonstrações financeiras da Cia. referentes ao trimestre findo em 31/12/15, foram elaboradas de acordo com o CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária é apresentada de forma condizente com as normas específicas emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração da Cia, para determinação do valor adequado a ser registrado nas Demonstrações financeiras. A Cia. está em fase de construção das estruturas necessárias aos trabalhos de transmissão de energia elétrica. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas práticas foram adotadas de modo consistente com as demonstrações contábeis do exercício findo em 31/12/14.

2.1. Reapresentação dos ajustes retroativos. Em consonância com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros e CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Financeiras, os valores correspondentes ao balanço patrimonial de 31/12/14 estão reapresentados de forma a demonstrar os ajustes decorrentes do seguinte assunto: Os valores referentes aos encargos sobre empréstimos e as receitas de aplicações financeiras, relacionadas a parcela dos financiamentos que ficaram aplicados no mercado financeiro, até a data da utilização, estavam sendo reconhecidas no Ativo Financeiro, e não no resultado conforme requerido pela Interpretação Técnica - IPCP 01 (R1) - Contratos de concessão. A seguir estão apresentados os efeitos desses ajustes e reclassificações sobre os saldos em 31/12/14:

BALANÇO PATRIMONIAL 31/12/14 Débito Crédito 31/12/14

Reap.

	Divulg.	Nota 2.1
ATIVO		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	6.129	-
Contas a receber	676	-
Impostos a recuperar	163	-
Adiantamentos	40	-
Total do ativo circulante	7.008	-
Não Circulante		
Ativo financeiro indenizável	60.569	-
Imobilizado líquido	24	-
Total do ativo não circulante	60.593	-
Total do Ativo	67.601	-
Passivo Patrimonial Líquido		
Circulante		
Fornecedores	358	-
Retenção contratual	530	-
Empréstimos	1.793	-
Salários e encargos	45	-
Impostos e contribuições sociais	291	-
Partes relacionadas	188	-
Total do passivo circulante	3.205	-
Não Circulante		
Empréstimos	29.157	-
IR e contribuição social diferidos	1.348	973
Total do passivo não circulante	30.505	973
Patrimônio Líquido		
Capital social	23.590	-
Reserva legal	515	259
Lucros retidos	9.786	6.153
Total do patrimônio líquido	33.891	6.412
Total do Passivo e do Patrim.	67.601	7.385
Líquido	61.448	61.448

Demonstração do resultado dos exercícios findos em 31/12/15 e 2014 (Em MRS\$)

	31/12/15	31/12/14
Reap.	Reap. Nota 2.1	
Receita Operacional Líquida (Nota 10)	39.574	32.774
Custo de Construção (Nota 11)	(21.617)	(24.113)
Gastos Operacionais (Nota 12)	(3.373)	
Lucro Bruto	14.584	8.661
Despesas Operacionais		
Pessoal	(863)	(218)
Materiais	(5)	(3)
Serviços de Terceiros	(665)	(401)
Tributos	(3)	(6)
Arrendamentos e Alugueis	(67)	(38)
Despesas Administrativas	-	(287)
Depreciação	(9)	(1)
Total	(1.612)	(954)
Lucro Antes das Receitas e Despesas		
Financeiras		
Receitas Financeiras	534	1.114
Receitas de Aplicações Financeiras	69	-
Juros e Multas	(447)	(38)
Juros Sobre Empréstimos	(3.097)	(3.033)
Outras Despesas Financeiras	(36)	(177)
Total	(2.977)	(2.134)
Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contrib. Social		
Contrib. Social		
Imposto de Renda Corrente	9.996	5.573
Contribuição Social Corrente	(142)	(55)
Imposto de Renda Diferido	(89)	(36)
Contribuição Social Diferida	(161)	66
Total	(492)</b	

Luziânia-Niquelândia Transmissora S.A.

pera que esta norma produza impactos relevantes em suas demonstrações contábeis. • Alteração no IAS 16 e IAS 38 Métodos aceitáveis de depreciação e amortização - Método de depreciação e amortização deve ser baseado nos benefícios econômicos consumidos por meio do uso do ativo, está norma tem previsão de vigência a partir de 01/01/2016. • Alteração IAS 27 Equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas - A revisão cria a possibilidade de adoção do método de equivalência patrimonial nos investimentos detidos em controladas nas demonstrações separadas, está norma tem previsão de vigência a partir de 01/01/2016. • Alteração IFRS 10, IFRS 12, IAS 28 Entidade de investimento - Exceções a regra de consolidação - Dentre outros esclarecimentos, ficou estabelecido que a Companhia que não é de investimento poderá manter, na aplicação da equivalência patrimonial a mensuração do valor justo por meio do resultado utilizado pelos seus investimentos, está norma tem previsão de vigência a partir de 01/01/2016. • Alteração do IAS 1 - Tem o objetivo de enfatizar que a informação contábil-financeira deve ser objetiva e de fácil compreensão, está norma tem previsão de vigência a partir de 01/01/2016. • IFRS 7 Contratos de serviços - Contratos de serviços geralmente atende a definição de envolvimento contínuo em ativo financeiro transferido para fins de divulgação. A Confirmação de envolvimento contínuo em ativo financeiro transferido deve ser feita se suas características atendem as definições descritas na norma, está norma tem previsão de vigência a partir de 01/01/2016. A Companhia não espera que esta norma produza impactos relevantes em suas demonstrações contábeis.

2.7. Principais Práticas Contábeis Específicas do Setor Elétrico: a) Plano de Contas.

A Companhia adota o plano de contas do manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica - MCSPEE, instituído pela Res. ANEEL nº 444, de 26/10/2001 e suas alterações posteriores. b) Ativos e Passivos Regulatórios. Trata-se de valores realizáveis ou exigíveis em decorrência do contrato de concessão da Companhia, que tem como objetivo, dentre outros, assegurar o equilíbrio econômico financeiro da concessão. As diferenças entre os somatórios dos custos não gerenciáveis (também denominados "Parcela A"), utilizados como referência no cálculo do reajuste tarifário da Companhia e os desembolsos efetivamente realizados são compensadas nos reajustes tarifários futuros, sendo registradas no Ativo ou Passivo. Após a inclusão das diferenças no reajuste tarifário, as despesas são transferidas mensalmente para o resultado na proporção do recebimento ou resarcimento dos valores através das contas de energia.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/15	31/12/14
Bancos conta movimento	134	9
Aplicação financeira - BB Compromissada DI	7.706	5.472
Aplicação financeira - CDB C.E.F.	560	574
Rendas a receber	327	74
Total	8.727	6.129

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Em 31/12/15, a aplicação financeira referente ao Certificado de Depósito Bancário - CDB - da Caixa Econômica Federal, foi remunerada à taxa de 97% a.a., da variação do CDI, e, a aplicação financeira referente a BB Compromissada foi remunerada à taxa de 99% da variação do CDI.

4. Contas a receber. A composição do saldo de contas a receber apresenta o seguinte perfil:

	31/12/15	31/12/14
Contato de conexão Celg - SE Luziânia	87	91
Contato de conexão Celg - SE Niquelândia	58	-
Disponibilidade da rede elétrica - AVC	1.018	585
Total	1.163	676

5. Tributos compensáveis. Em 31/12/15 e 31/12/14, o total do grupo de tributos compensáveis está composto conforme a seguir:

	31/12/15	31/12/14
IR retido na fonte a)	97	163
Impostos retidos sobre faturamentos b)	230	-
IR	45	-
Contribuição social sobre o lucro líquido	37	-
PIS	26	-
Cofins	121	-
Total	327	163

a) O saldo de IR retido na fonte, refere-se ao imposto retido sobre os resgates de aplicações financeiras; b) O saldo de IR, CSLL, PIS e Cofins, referem-se aos impostos retidos na fonte sobre os faturamentos. Esses valores serão compensados nas apurações do próximo exercício.

6. Contas a receber ativo financeiro indenizável. O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Cia. (Operadora) regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Cia., onde:

► O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar; ► O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede. ► Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e ► O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela remuneração anual permitida (RAP), parcela garantida pelo poder concedente para remunerar o operador. Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de serviço de transmissão de energia elétrica da Cia., a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da ICPC 01 (R1), a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão, abrangendo: a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro indenizável por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro indenizável diretamente do poder concedente; b) Parcela refere-se à recebíveis, junto ao poder concedente, que é incondicional pela construção, disponibilização, entrega de rede de transmissão, tem de entregar, direta ou indiretamente, caixa ou equivalentes de caixa. É mensurado pelo método de fluxos de caixa futuros estimados da parcela especificada na composição da tarifa de cobrança (RAP) pela construção da rede de transmissão, descontados pela taxa interna de retorno do projeto. c) Reconhecimento da receita de operação e manutenção em montante suficiente para fazer face aos custos para cumprimento das obrigações de operação e manutenção previstas em contrato de concessão. d) Reconhecimento da receita financeira sobre os direitos de receber junto ao poder concedente decorrente da remuneração pela taxa interna de retorno do projeto. A infraestrutura construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo ONS, conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, com recebimento previsto para um período de 30 anos cujos critérios de pagamento ainda serão definidos pelo poder concedente. O valor total acumulado, a receber, em 31/12/2015, é de R\$ 82.932 (R\$ 54.416 em 31/12/2014), classificados no ativo não circulante e está composto como se segue:

Ativo Financeiro Indenizável

	31/12/15	31/12/14 - Reap. Nota 2.1
Edificações, obras civis	21.991	1.029
Máquinas e equipamentos	37.674	28.556
Estacas e estruturas metálicas	4.228	3.809
Móveis e utensílios	114	-
Pessoal e encargos operacionais	306	158
Tributos	484	1.174
Serviços de terceiros	2.836	2.217
Seguros	349	154
Arrendamentos e alugueis	605	725
Compartilhamento de custos	640	-
Material em depósito	332	-
Adiantamento a fornecedores	-	10.651
Commissionamento	455	-
Remuneração dos ativos de concessão	12.668	4.545
Outros	250	1.398
Total	82.932	54.416

7. Empréstimos. Empréstimo Caixa Econômica Federal.

Em 30/12/13, a empresa celebrou o contrato de financiamento com a Caixa Econômica Federal no valor de R\$2.590 (Trinta e dois milhões e quinhentos e noventa mil reais), conforme aprovado em 10/09/13. Os recursos destinados a este investimento serão postos à disposição da SPE, sob a forma de dois subcréditos: a) Subcrédito FINISA/Infraestrutura - no valor de R\$17.090, destinado a investimento em obras e serviços com recursos oriundos do Programa de Financiamento à Infraestrutura do Saneamento - FINISA. A taxa de juros é de 118% do CDI ao ano, sobre o valor principal da dívida e possui período de carência de amortização do principal até o mês de dezembro de 2016. b) Subcrédito FINISA/Equipamentos - no valor de R\$15.500, destinado a investimento em máquinas e equipamentos oriundos do Programa de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento - FINISA. A taxa de juros é de 3,5% ao

ano, apurados sobre o saldo devedor e possui período de carência até o mês de dezembro de 2014. Como garantia do financiamento, a Cia. assinou o contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, cedendo os direitos relacionados ao contrato de Concessão. Em 31/12/15, o valor de R\$ 33.819 (R\$ 30.950, em 31/12/14), representa o saldo do empréstimo concedido pela Caixa Econômica Federal, até a presente data, faltando, ainda, a liberação da última parcela do financiamento de, aproximadamente, 3% do valor contratado.

Empréstimo Ponte - Banco da China. Em 06/10/15, a empresa celebrou o contrato de financiamento com o Banco da China no valor de R\$ 15.000 (Quinze milhões de reais), conforme aprovado na ARCA, em 20/02/15. Os recursos destinados a este investimento destina-se à implantação de reforços na Subestação Luziânia, compreendendo o pagamento de materiais, equipamentos e serviços relacionados ao empreendimento. O crédito desta operação será subordinado ao crédito do Contrato de Financiamento com a Caixa Econômica Federal e suas intervenientes Furnas Centrais Elétricas S/A e State Grid Brazil Holding S/A, e foi autorizado pela Caixa Econômica Federal em 26/06/15. A taxa de juros é pós-fixada em 100% das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros DI de um dia, ou extra grupo, base 252 dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP S/A, acrescidos de juros fixos de 2,5% ao ano. O prazo é de 360 dias, com vencimento final em 30/09/2016. Em 31/12/15, o saldo de R\$ 15.560 (Quinze milhões, quinhentos e sessenta mil reais), representa o valor do empréstimo concedido pelo Banco da China, líquido do custo de transação, até a presente data. O saldo consolidado dos empréstimos está demonstrado no quadro a seguir:

Descrição	31/12/15	31/12/14
Circulante	17.239	1.793
Caixa Econômica Federal	1.679	1.793
Banco da China	15.560	-
Não Circulante	32.140	29.157
Caixa Econômica Federal	32.140	29.157
Banco da China	-	-
Total	49.379	30.950

8. IR e contribuição social diferidos. O IR diferido foi apurado sobre o lucro tributável ajustado pelas diferenças temporais, com base na presunção de 8%, aplicada à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que a Contrib. social diferida foi computada com base na presunção de 12%, aplicada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável ajustado pelas diferenças temporais, reconhecidas pelo regime de competência, com base no Lucro Presumido.

Descrição	31/12/15	31/12/14 - Reap. Nota 2.1
IR Diferido	411	25G
CSLL Diferida	226	125
Total	637	375

9. Patrimônio líquido. a) Capital social. Em 29/12/11, com base na Ata de Assembleia de Constituição foi constituída a empresa com a integralização do capital social no valor de R\$1 com a emissão de 1.000 ações ordinárias, sem valor nominal, sendo o capital integralizado pela State Grid Brazil Holding S/A no valor de R\$0,51 correspondentes a 510 ações, e por Furnas Centrais Elétricas S/A no valor de R\$0,49 correspondentes a 490 ações. Em 04/05/12, com base na ata do Conselho de Administração, foi efetuada a integralização do capital social no valor de R\$1.900, proporcionar a participação acionária de cada sócio, com a emissão de 1.900.000 novas ações ON, sem valor nominal, passando o Capital Social de R\$1.901, para R\$1.901. Em 08/01/13, com base na ata do Conselho de Administração de 11/10/12, que aprovou o aumento do capital social, foi efetuada a integralização do capital social no valor de R\$5.568, proporcionar a participação acionária de cada sócio, com a emissão de 5.568.000 novas ações ON, sem valor nominal, passando o Capital Social de R\$6.201, para R\$11.769. Em 29/04/14, com base na ARCA em 14/04/14, que aprovou o aumento do capital social, foi efetuada a integralização do capital social no valor de R\$4.300, proporcionar a participação acionária de cada sócio, com a emissão de 4.300.000 novas ações ON, sem valor nominal, passando o Capital Social de R\$0,49 correspondentes a 490 ações. Em 04/05/12, com base na ata do Conselho de Administração de 11/10/12, que aprovou o aumento do capital social, foi efetuada a integralização do capital social no valor de R\$5.568, proporcionar a participação acionária de cada sócio, com a emissão de 5.568.000 novas ações ON, sem valor nominal, passando o Capital Social de R\$6.201, para R\$11.769. Em 29/04/14, com base na ARCA em 14/04/14, que aprovou o aumento do capital social, foi efetuada a integralização do capital social no valor de R\$399, proporcionar a participação acionária de cada sócio, com a emissão de 399.000 novas ações ON, sem valor nominal, passando o Capital Social de R\$1.901, para R\$1.901. Em 08/04/13, com base na ata do Conselho de Administração de 11/10/12, que aprovou o aumento do capital social, foi efetuada a integralização do capital social no valor de R\$5.568, proporcionar a participação acionária de cada sócio, com a emissão de 5.568.000 novas ações ON, sem valor nominal, passando o Capital Social de R\$6.201, para R\$11.76